Casa dos Conselhos e Comissões
"Augusto Ângelo Zanatta"
Avenida Koeler, 260 - Centro
CEP: 25685-060 - Petrópolis - RJ
TELEFONE: (24) 2246-9077 – 2249-4300
E-MAIL:casadosconselhos@petropolis.rj.gov.br

Conselho Municipal de Cultura
Petrópolis - RJ

ATA MAIO/2020 - REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA - CMC

Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Cultura, realizada de forma *on-line*, no dia 11 de maio de 2020, às 18 horas.

Aos onze dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte, às dezoito horas, pela plataforma Jitsi Meet de videoconferência, sob a presidência de Diana Iliescu, representante titular do segmento de audiovisual, reuniu-se o Conselho Municipal de Cultura, com a presença dos conselheiros representantes do Instituto Municipal de Cultura e Esportes Maria Luísa Rocha Melo, Marcelo Florencio, Marcos Pinho e Leonardo Cerqueira, contando ainda com as seguintes outras presenças: conselheiro Elie Mikail, representante do segmento de teatro; conselheira Aline Castella, representante suplente do segmento audiovisual; conselheira Lilia Olmedo Monteiro, representante do segmento de produção cultural; conselheiro Wesley Costalonga, representante do segmento de música; conselheiro Marcelo Xavier, representante do segmento de artesanato; conselheira Natalia Azevedo, representante do segmento de artes plásticas; conselheira Andreza Costa Dalcamim, representante do segmento de culturas afro-brasileira, indígena e popular, e conselheiro Wesley de Araújo Miguel, representante do segmento de bandas marciais. Também presentes os visitantes Maurício Araujo (Xdaquestão Produções), Guilherme Barcelos, Dafne Souza (segmento de teatro – Cia. Construção Cena), Felipe Laureano, Laell Rocha, João Felipe Verleun, Leonardo Stadler, Pedro Fernandes (teatro), Elisabeth Silveira (seg. teatro), Marcio Werderits e demais participantes e ouvintes. Foram realizadas leitura e aprovação da ata referente à assembleia ordinária ocorrida no mês de março, com a abstenção de Marcelo Xavier que não estava presente nesta reunião. Em seguida, foi feito o chamamento oral dos conselheiros. Dando início ao primeiro ponto da pauta, relativo às notícias sobre o Projeto Estruturante, portal *on-line* proposto pelo segmento de produção cultural, Leonardo Cerqueira, representando o IMCE, falou que o contrato com a empresa vencedora foi emitido e que agora se encontra no Gabinete da Presidência do Instituto para sua apreciação e assinatura. Que, logo após o contrato assinado, a empresa iniciará a elaboração da primeira minuta do site, a chamada "boneca", que será aprovada pela Comissão de Desenvolvimento do Projeto Estruturante, após análise do disposto no termo de referência previamente elaborado por ela. Chegando ao resultado final, a empresa colocará o site no ar. Noticiou ainda que os empenhos já estão feitos, com os valores definidos. Após verificar que a plenária não tinha nenhuma pergunta a ser feita sobre o tema, passou-se para o próximo item da pauta, que seria sobre o andamento do edital de pareceristas que selecionarão os projetos financiados pelo Funcultura. Leonardo Cerqueira relatou que o Delca devolveu o edital ao IMCE para que a Comissão de Projetos Culturais se reúna e faça as adaptações e alterações necessárias no termo de referência e nas datas, de forma a atender o pleito dos membros desta comissão de que o Delca faça o processo de seleção dos pareceristas de forma *on-line.* Marcos Pinho complementou que está programada reunião com o Departamento de Tecnologia/Detec para que seja desenvolvido programa de inscrições dos pareceristas na plataforma da PMP, via

on-line. Isto posto, Cerqueira encaminhou que o CMC endossasse, por meio de documento direcionado ao IMCE e ao Prefeito, a realização, em caráter emergencial, do edital *on-line* de parecerista. Diana Iliescu complementou que neste documento sejam expressos também os pedidos de urgência do edital do IMCE e do pagamento das dívidas aos artistas locais que foram contratados pelo IMCE, mas não receberam ainda, visto serem estas questões emergenciais também, e o encaminhamento foi aprovado por unanimidade. Passou-se para o próximo ponto, sobre o andamento das pesquisas para elaboração da lei municipal de ISS de incentivo à cultura. Diana Iliescu explicou que os conselheiros receberam por e-mail, para leitura e estudo, algumas leis municipais de incentivo à cultura através de descontos de ISS, e que alguns da sociedade civil desenvolveram, em conjunto, textos de minuta com auxílio de um advogado. Ao definir uma proposta, esta será apresentada ao IMCE e à plenária, de forma a agregar contribuições de todos. Disse que são bem-vindos aqueles que tiverem interesse de participar dos estudos para o desenvolvimento deste projeto de lei, e que, nas próximas reuniões, será apresentada minuta para debates mais concretos sobre o tema. Certificando-se se alguém mais gostaria de fazer uma colocação a respeito deste assunto, Diana Iliescu passou para o próximo item da pauta, qual seja, a publicação do edital *on-line* do IMCE, lembrando que houve nestes dias uma mobilização entre os artistas locais para cobrar o lançamento deste edital, anteriormente previsto para sair em março. Marcos Pinho noticiou que o edital está totalmente pronto, dependendo que o Detec conclua o desenvolvimento da ferramenta *on-line* para recebimento das inscrições, de maneira que sejam assegurados o sigilo e o controle dos dados das pessoas na plataforma. Destacou o ineditismo da situação, que leva a um processo mais longo de conclusão dos trabalhos, mas que havia a previsão de que o edital estivesse disponível para acesso e aberto para inscrições a partir do dia 13 deste mês. Diante da observação de Guilherme Barcelos de que o Governo do Estado utilizou o formulário do Google como plataforma para inscrição no edital lançado por ele, como sendo esta uma solução simples e fácil, Marcos Pinho respondeu que seguirá a orientação de que seja utilizada a plataforma da PMP para garantir a segurança dos dados pessoais. Aline Castella perguntou como será feita a seleção dos projetos, ao que foi respondida que se dará por meio de uma comissão formada pelo corpo técnico do IMCE. Aline Castella também perguntou sobre a origem da verba que irá financiar este edital, e Marcos Pinho respondeu que o recurso virá do orçamento do IMCE. Pedro Fernandes perguntou sobre o prazo de pagamento ao proponente do projeto aprovado, e Marcos Pinho explicou que o prazo estabelecido no edital de inscrição é de quinze dias e, após seleção de cem projetos e de sua publicação, os empenhos serão realizados. E que, nesta hora, como de praxe, o proponente deverá abrir seus processos de pedido de pagamento junto ao protocolo da PMP, para que ele receba, em média, daí a trinta dias. Disse ainda que, consciente da condição difícil que o artista vem enfrentando por conta da pandemia, a Presidência do IMCE terá o compromisso de acompanhar estes processos, solicitando à Secretaria de Fazenda celeridade nestes pagamentos. Aline Castella perguntou se haverá pedido de certidões negativas e foi respondida que não, pois as inscrições serão apenas de pessoas físicas. Diana Iliescu perguntou se o edital contempla a participação dos técnicos em geral e produtores que fazem parte da criação artística, e Leonardo Cerqueira respondeu que, como o objeto do edital é que sejam vídeos sobre cultura, é possível, por exemplo, que este grupo de profissionais utilize este edital optando por fazer pequenos vídeos de oficinas técnicas direcionados à classe cultural, de no máximo trinta minutos, conforme é estabelecido em suas cláusulas. Diana Iliescu perguntou como será a salvaguarda de todo este conteúdo a ser produzido pelo edital, e Leonardo Cerqueira respondeu que a intenção é que se crie uma conta no YouTube para disponibilizar todos os vídeos e colocar o link de cada vídeo no site da PMP.

Dafne Silveira perguntou se haverá desconto de impostos no pagamento, já que pessoa física não emite nota, e Marcelo Florencio reforçou que, por ser este um momento especial e delicado, a gestão não está trabalhando com pessoa jurídica, apesar de ser este o foco normal do IMCE e da PMP, mas está buscando a compensação da despesa dos impostos cobrados às pessoas físicas, uma vez que, afinal, são taxações federais, não sendo possível evitar tais descontos. Diana Iliescu resumiu que, diante do exposto, é preciso aguardar a publicação do edital no Diário Oficial, que deverá ser publicado entre os dias 12 e 15 deste mês, e cuja verba oriunda do IMCE financiará cem projetos de conteúdo audiovisual. Elie Mikail encaminhou a dúvida de Pedro Fernandes sobre quais os critérios de escolha dos projetos do edital e como será feita esta seleção, e Diana Iliescu lembrou que todas as pessoas devem ter acesso às informações do edital ao mesmo tempo, para que eles sejam democráticos. Marcos Pinho respondeu que os critérios estarão disponíveis no edital, assim como as demais informações, cabendo a todos aguardarem o edital ser publicado, para que todos tenham acesso a estas informações ao mesmo tempo. Marcelo Florencio adiantou que o edital vai ser o mais abrangente possível em termos de segmento. Maurício Araujo se manifestou dizendo que espera que, nos próximos editais, considerem outras pessoas como o contrarregra, o produtor de som, o iluminador, e reforçou que o segmento de produção cultural existente na cidade trabalha justamente com as dificuldades apresentadas pelo IMCE de obtenção de legalizações, plataforma digital etc. Por fim, chamou a atenção para o que denominou “sucateamento” do cachê do artista, quando a cada dia que passa é preciso juntar mais ações e mais pessoas para realização de editais. Marcos Pinho concordou com a fala e complementou que o objetivo do edital é buscar atender ao máximo às pessoas indistintamente, procurando melhorar os próximos editais, aumentando o número de seus lançamentos, buscando sempre as soluções em conjunto. Elie Mikail se manifestou, dizendo que a sociedade civil não pode ser calada quando há uma questão referente ao orçamento que não seja do Funcultura pautada em uma reunião do Conselho, e que não percebe objetividade por parte do poder público no que se refere à apresentação de critérios a serem adotados por este edital. Disse que considera importante a participação da sociedade civil nesta discussão, que deve ser clara e feita com isonomia, e, ao contrário do que fora dito anteriormente, não concorda que isso levaria à antecipação de informação do edital. Disse discordar da exposição de Leonardo Cerqueira, da sociedade civil não poder conversar e deliberar sobre orçamento que não seja o do Funcultura. Cerqueira então respondeu que esta foi uma conversa no chat, durante a reunião, que, segundo ele, comprova que a versão registrada não é a apresentada pelo conselheiro. Continuou dizendo que, ao responder às perguntas feitas por Pedro Fernandes sobre o edital nesta conversa no chat, ele informou que não poderia liberar estes dados, uma vez que os participantes da reunião se inscreverão no edital, o que é configurado como vantagem em relação aos demais grupos, que só saberão do edital somente a partir do dia em que o mesmo for publicado. E que Elie Mikail, nesta ordem, colocou que o edital deveria ter sido debatido no CMC, ao que foi respondido por Cerqueira que esta questão deveria ter sido conversada antes e, de qualquer modo, como este edital é feito com verba do IMCE, o Conselho não delibera. Que, conforme registrado no chat, para que não houvesse conversa paralela à reunião, Cerqueira sugeriu que ele pautasse esta discussão. Os registros do chat encontram-se impressos e anexados na presente ata. Diana Iliescu concordou com a colocação de Leonardo Cerqueira, dizendo que são duas dotações diferentes: o CMC, segundo a lei, delibera somente a verba do Funcultura; no outro caso, a plenária poderá sim sugerir e indicar uma melhor aplicação do recurso do IMCE até nos próximos editais, mas não deliberar sobre eles. Que, como este edital não será financiado pelo Fundo, o IMCE definiu seus critérios, que poderão ser

questionados ou não pelo Conselho, mas antes o edital precisaria ser publicado para que ele fosse analisado na íntegra. Lembrou que aqueles que fizerem parte da seleção de projetos ou que tiverem informações sobre o edital antes de sua publicação, não poderão participar dele, assim como nos editais do Fundo, cujo texto é elaborado pela Comissão de Projetos Culturais, e que, portanto, seus integrantes não podem participar, conforme é previsto na lei. Ponderou que, em contrapartida, seria importante que o IMCE pensasse com a sociedade as formas mais democráticas para garantir que a maior quantidade possível de artistas e demais pessoas da classe artística da cidade seja atingida e contemplada. Por fim, discordou da fala do conselheiro Elie, no momento em que ele disse que a sociedade civil estava sendo calada, uma vez que todos estão, no momento, se adaptando às novas reuniões virtuais, como a que ora se realiza e que são as possíveis de se fazerem neste momento. Certificando-se que não havia mais nenhuma questão a respeito do assunto, seguiu-se a ordem da pauta, referente a notícias sobre as ações emergenciais adotadas pelo poder público estadual e federal para proteção social dos artistas e centros culturais. Diana Iliescu falou que está havendo uma grande movimentação nacional a respeito da Lei de Emergência Cultural, sendo que quatro projetos de lei estão na Câmara dos Deputados, tendo como proposta a criação de uma rede de proteção social a todos os artistas por meio de diversas medidas auxiliares. E que, para tal, existe a expectativa de acessar a classe por meio de sistemas de indicadores culturais municipais, estaduais e federais. E como Petrópolis não possui ainda este sistema na ativa, será preciso criar este cadastro municipal, que, inclusive, vai ao encontro dos objetivos do Projeto Estruturante. Diana Iliescu anunciou ainda a realização de uma web-conferência com representantes dos conselhos municipais e estaduais de cultura, agendada para o dia 14 deste mês, às 20h, objetivando justamente a criação de uma metodologia unificada para viabilizar estes cadastros, e convidou a todos a acompanhar este debate. Ela se comprometeu a disseminar as informações definidas nesta reunião nacional a todos os conselheiros, nas redes e mídias sociais. Falou da necessidade de que seja desenvolvido o tema sobre como conseguir registrar e acessar todos os artistas, produtores e realizadores culturais da cidade. Diana compartilhou com a plenária a leitura do manifesto “A cultura não pode parar”, anexado à presente ata, enviado pelo Fórum Serrano de Cultura, e que é a favor da aprovação e execução dos projetos de lei emergenciais para cultura no estado do RJ, e colocou em votação para que o CMC assinasse este manifesto. Certificando-se que todos concordavam com o conteúdo do texto e que não haveria nenhuma manifestação ou acréscimo a ser feito, o encaminhamento foi aprovado por unanimidade. Marcelo Xavier acrescentou a informação de que o Conselho Estadual de Economia Solidária, juntamente com a Frente Parlamentar e a Secretaria Estadual de Trabalho, produziu um projeto de lei de renda mínima a ser disponibilizada pelo fundo da Alerj, já aprovado pela Assembleia e que agora aguarda a regulamentação da Lei pelo Governo do Estado. Que a Lei da Renda Mínima Emergencial estadual contempla, além de empreendedores solidários, os empreendedores culturais, devendo estes se cadastrarem para receber o benefício. Por fim, se colocou à disposição para tirar dúvidas sobre isso. Diana Iliescu observou que vários setores estão se mobilizando para criar seus projetos de renda mínima de auxílio emergencial. Ela elencou as ferramentas de Petrópolis que contemplam os artistas, como o edital emergencial do IMCE, a verba do Funcultura que deverá ser pensada em conjunto para que ela seja distribuída para uma quantidade maior de pessoas, devendo também ser estudado o formato de editais que seja o mais conveniente a todos os artistas locais. Indicou que possivelmente os recursos do Fundo Nacional de Cultura/FNC entrarão como recurso emergencial, além de outras verbas que ainda estão em negociação para ajudar os artistas e que são do Tesouro e do estado do RJ, e estes recursos serão transferidos de fundo

a fundo. Que o Conselho Estadual de Cultura já anunciou que outros recursos virão diretamente para os fundos municipais, e Petrópolis, como é uma das poucas cidades que possui o SMC bem estruturado, provavelmente receberá mais recursos através do Funcultura, e, pela Lei do Sistema, toda verba que entra na conta do fundo tem que ser executada pela plenária do CMC. Guilherme Barcelos propôs que seja pensada uma maneira desta verba contemplar o maior número de fazedores de cultura locais possível, preferencialmente aqueles que não estejam recebendo nenhum tipo de auxílio. Leonardo Cerqueira explicou que, quando o governo do estado do RJ abrir o edital, ele deverá pedir o objeto, para somente depois receber a verba. Então, o CMC terá que endossar a inscrição. Caso a verba venha desvinculada, o IMCE deverá submeter ao CMC após o recebimento. Para ambos os casos, deverá ser realizada uma assembleia extraordinária para definição de aplicação dos recursos. Diana Iliescu observou que estes recursos emergenciais, no caso de serem depositados na conta do Funcultura, poderão trazer uma autonomia maior ao Conselho, que possibilitará inclusive que ele defina os critérios para investir em projetos. Andreza Dalcamim divulgou a iniciativa do Conselho de Economia Solidária de intermediar, junto à Secretaria de Assistência Social, o encaminhamento de cestas básicas às pessoas que se enquadram nesta rede. Com base nisso, ela sugeriu que o CMC também fosse um canal entre o IMCE e os artistas e técnicos da cultura para que eles também recebam este benefício por meio da Secretaria de Assistência Social. Marcos Pinho respondeu que irá encaminhar esta solicitação à presidência do IMCE e, caso não haja oposição, ele entrará em contato com a Secretaria de Assistência Social para verificar se os artistas se enquadram nos critérios de distribuição das cestas. Dando sequência à pauta, o próximo ponto referiu-se ao debate sobre os projetos *on-line* que poderão ser apoiados pelo IMCE. Diana Iliescu iniciou a discussão dizendo que circulou no meio artístico local a publicação no Diário Oficial do apoio do IMCE a um projeto de um artista que se propunha a fazer apresentações *on-line* no valor de 13 mil reais, sendo este o motivo de questionamentos por parte de outros artistas, que gostariam de saber quais os critérios utilizados pelo IMCE para apoiar projetos específicos. Marcelo Florencio explicou que o IMCE orienta que nenhum projeto será executado sem edital. Que, no caso deste específico, o artista, que é conhecido em Petrópolis, o apresentou com orçamento, e que incluia entrevistas e shows *on-line*, sendo este um formato de projeto que tende a continuar e que é fundamental que o IMCE se prepare para montar estrutura técnica e de pessoal, com internet de qualidade para grandes movimentos nas redes sociais. Informou que, embora tenha sido publicado seu empenho no Diário Oficial, o artista em questão, assim como nenhum outro, não foi contratado nem autorizado para realizar nenhum projeto. Ele ressaltou que, tão logo o edital do IMCE seja publicado, os artistas locais serão prestigiados, porém, frisou que aqueles artistas que tiverem estrutura preparada para apresentações remotas serão ouvidos. Daí a preocupação do IMCE de se equipar e aparelhar para as demandas *on-line* que surgirão daqui para frente. Perguntado se o IMCE terá alguma política específica para receber projetos de realização de eventos *on-line* de quaisquer outros artistas da cidade para além do edital, Marcelo Florencio respondeu que o diálogo entre o artista e o IMCE sempre esteve aberto, e repetiu que o foco principal do Instituto é o artista local, e que o IMCE ouvirá a classe para implantação desta nova tendência de projetos *on-line*, que ele acha que irá perdurar independente de ser este agora um caminho emergencial. Guilherme Barcelos ponderou que é da competência do poder público definir quais as suas estratégias e eventos que querem produzir e, com base nisso, selecionar os artistas que deverão participar, desde que levando em consideração o aspecto democrático de distribuição de verba. Marcos Pinho sugeriu que sejam pensadas propostas em conjunto com os segmentos de projetos coletivos a serem apresentados ao IMCE, de forma que o Instituto tente buscar

recursos para realizá-los. Marcelo Florencio tornou a dizer que é preciso que o IMCE avance no caminho de se preparar, dentro de um prazo, para que ele esteja equipado de forma a receber projetos *on-line* com a estrutura de apresentação já montada, pensando desde a sua veiculação à divulgação virtual, para que o projeto apresentado seja executado, sempre dentro da legalidade. Marcos Pinho esclareceu que é preciso que um projeto a ser apresentado preveja a sua veiculação, retirando este encargo do IMCE, que, atualmente, não possui plataforma que sustente esta condição. Wesley Costalonga alegou que a preocupação maior é com os artistas locais de pequeno porte e aqueles de gerações anteriores que não estão acostumados a esta nova situação e que precisam deste apoio agora. Sugeriu que o IMCE procurasse se inteirar de forma técnica para então orientar estes artistas a se adequarem a estas condições. Marcos Pinho concordou, dizendo que o edital seja talvez a melhor solução encontrada de imediato. E que o desafio maior é o de contemplar a todos os artistas, ainda que o IMCE não possua a estrutura necessária para atender a este novo momento. Prosseguindo ao último item da pauta, iniciou-se o debate acerca dos protocolos e procedimentos a serem adotados por cada segmento para reabertura gradual de suas atividades. Neste assunto, também foi solicitado que se abordasse especificamente como o Centro de Cultura Raul de Leoni poderá se adaptar a este novo momento, seja se equipando de ferramentas para transmissão *on-line* de eventos ou adotando procedimentos-padrão para o retorno gradual do seu público. Igualmente, foram solicitadas notícias sobre a reforma do telhado do prédio, bem como da recuperação da Sala de Cinema Humberto Mauro, e tudo o mais que já tenha sido pensado em termos de público para a reabertura gradual dos demais centros culturais, quando isso for possível. Marcelo Florencio destacou a importância desta discussão, sendo ela parte do dia a dia da equipe. Evidenciou a necessidade de preparar o Centro de Cultura para o convívio *on-line,* e de definir protocolos para o retorno presencial do público e das produções artísticas e culturais de forma gradual e responsável, sabendo-se, desde já, que, durante um bom período, ainda não será possível aglomeração de público. Observou que os números apresentados pela pandemia é que dirão se este retorno será para breve ou não. Quanto aos cuidados com o espaço físico do Centro de Cultura, informou que o tempo de reclusão foi aproveitado para executar a obra do telhado, que está praticamente concluída, bem como para cuidar da Sala de Cinema, de maneira a retornar com este equipamento para os petropolitanos tão logo esta crise passar. Que o Teatro Afonso Arinos, da mesma maneira, vem sendo estudado para receber o público e para ser utilizado nas transmissões *on-line*; que o Museu Casa do Colono está sendo trabalhado para ser mostrado virtualmente, havendo em curso um estudo de protocolo de número máximo de visitantes por dia nas próximas fases da pandemia. Finalizou como sendo esta uma discussão ampla a ser compartilhada com o CMC, sendo este o melhor caminho para se avançar. Marcos Pinho lembrou que, além do decreto municipal, existe orientação judicial do fechamento das atividades culturais, das festas e eventos. Anunciou que é proposta da presidência do IMCE, logo após o término da obra no telhado do prédio, realizar ações de revitalização dos banheiros e do Teatro Afonso Arinos, além de instalar o carpete na Sala de Cinema, já tendo inclusive os orçamentos em mãos; de modo que seja oferecida aos frequentadores do Centro de Cultura melhor qualidade de acesso a seus equipamentos. Maria Luísa falou sobre a reabertura da Biblioteca, que naturalmente seguirá as determinações do IMCE, com base nas medidas emitidas pelo governo municipal de combate à pandemia, e cujos números atuais de casos e mortes ainda impossibilitam a retomada de seus serviços. Que, observando a evolução e diminuição desta crise sanitária e havendo autorização para tal, a Biblioteca voltará a atender ao público de forma gradual e segura, primeiramente realizando empréstimos de livros, bem como dando sequência a processos administrativos que são da competência do Arquivo

Histórico, mas tendo sempre o cuidado de agir com muita responsabilidade, de forma a não colocar em risco a saúde das pessoas. Quanto aos espaços privados, Marcos Pinho informou que, apesar da questão do isolamento social ser ainda a prioridade do governo no combate à pandemia, já existe um plano estruturado pela PMP para a reabertura gradativa de alguns setores, cujas informações mais detalhadas ele disse que procurará saber junto à Secretaria de Desenvolvimento Econômico. Lília Olmedo encaminhou a formação de um GT que pensasse nas alternativas graduais de abertura, nos protocolos e procedimentos metodológicos seguros de cada segmento cultural, para que a economia volte a circular no momento oportuno, bem como estudar alternativas *on-line*. Diana Iliescu colocou em votação a proposta da criação do que chamou de "GT Pandemia" emergencial, que trabalhará em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, e todos aprovaram. Também foi aprovada a composição inicial deste grupo com os seguintes nomes: Elie Mikail, Diana Iliescu, Marcos Pinho e Lília Olmedo. Pedro Fernandes sugeriu que este GT emergencial apresentasse relatórios periódicos à plenária, e Diana respondeu que pautará para a próxima reunião a apresentação dos avanços deste trabalho. Elie Mikail lembrou que, em reuniões anteriores, foi levantado por um dos presentes que alguém que representasse o Ministério Público fosse convidado a participar das assembleias, o que ele considerou relevante para segurança e apoio jurídico aos artistas e produtores artísticos. Diana Iliescu sugeriu que ele mesmo fizesse contato diretamente com o MP, até para saber se a instituição está em atividade neste período, e depois informar à plenária o resultado disto. Wesley Costalonga cobrou o resultado do posicionamento do presidente do IMCE em reuniões passadas em que ele disse que resolveria a questão dos pagamentos dos artistas contratados pelo Instituto e que ainda não haviam recebido. Marcelo Florencio respondeu que os processos de pedido de pagamento que foram abertos e devidamente instruídos pelos artistas estão em trânsito, para que os pagamentos possam ser realizados. Marcos Pinho completou que se tratam de processos que de fato foram abertos e instrumentalizados, apresentando comprovação documental. Pedro Fernandes sugeriu que seja divulgada uma relação daqueles artistas que foram pagos e dos que ainda faltam receber, e Marcos Pinho explicou que os processos bem instruídos foram assinados pelo IMCE e agora estão na Secretaria de Fazenda, e que, a partir daí, não se sabe se o pagamento foi realizado ou não, mas que irá procurar saber e trazer as informações na próxima assembleia. Elie Mikail sugeriu a presença do conselheiro e presidente do IMCE, Renato Freixiela, nas próximas reuniões para acompanhar o CMC, dado o momento crucial de reformulação do Plano Municipal de Cultura e de pandemia, e Marcos Pinho disse que irá transmitir o pedido. Marcelo Florencio anunciou a sua pré-candidatura à vereança, representando a cultura e o turismo, sendo, portanto, uma questão de princípios que ele se afastasse do CMC, e, para o andamento dos trabalhos, será indicado pelo IMCE o seu substituto. Agradeceu a todos e parabenizou Diana Iliescu pela condução e liderança desta primeira reunião *on-line* do CMC, elogiando também a participação educada de todos. Diana anunciou os itens principais e iniciais da pauta para a próxima assembleia, sendo: i) pedidos de pagamentos atrasados, ii) informações sobre o Projeto Estruturante, iii) informações sobre a Lei Municipal do ISS, iv) informações sobre as leis emergenciais federais e estaduais, v) notícias sobre as novas ações, do ponto de vista do IMCE, em relação aos projetos *on-line*, vi) notícias sobre a obra do telhado e recuperação da Sala de Cinema e do Teatro Afonso Arinos do Centro de Cultura Raul de Leoni, vii) notícias sobre o novo GT de Protocolos e Procedimentos para a Abertura Gradual, e viii) informações sobre o Theatro D. Pedro. Quanto a este último item, Marcelo Florencio informou que as obras não foram interrompidas, porém andaram em um ritmo mais lento, por conta da pandemia, e que ainda não teria uma data da conclusão da obra, visto que depende do retorno de certo número

mínimo de funcionários da empreiteira. Marcos Pinho explicou que será feita uma reunião com o empreiteiro para ter dele uma previsão de prazo para finalização, e que dará esta informação na próxima reunião. Disse também que a obra atrasou em função da falta de pagamento, sendo que este recurso é federal e gerenciado pela Caixa Econômica, que somente nesta semana é que liberará os pagamentos. Por fim, disse que talvez o teatro fique pronto até o final deste ano. Perguntado sobre quem estaria respondendo pelo Theatro D. Pedro com a saída de Débora Lattouf, Marcos respondeu que será nomeado Alexandre Machado, que trabalhava no gabinete da PMP, é colunista do jornal Diário de Petrópolis e sensível às artes. Elie Mikail também perguntou quem está respondendo pela gerência do Centro de Cultura, e Marcelo Florêncio disse que ainda não podia confirmar esta informação, devendo ser talvez o técnico responsável pelo Museu Casa de Santos-Dumont. Certificando-se de que não haveria mais nenhuma questão a ser levantada para além dos temas já colocados como informativos e proposta para a próxima reunião, e se ninguém mais queria fazer uma consideração final, Diana Iliescu encerrou a assembleia, agradecendo a todos que participaram. Foi lavrada por mim, Maria Luísa Rocha Melo, 1ª secretária do CMC, a presente ata, assinada juntamente com a presidente do CMC, sra. Diana Iliescu. Petrópolis, 08 de junho de 2020.

Diana Iliescu
Presidente

Maria Luísa Rocha Melo
1ª Secretária